

Credores contra-atacam e exigem juros

Fábio Pahim Júnior
da AE

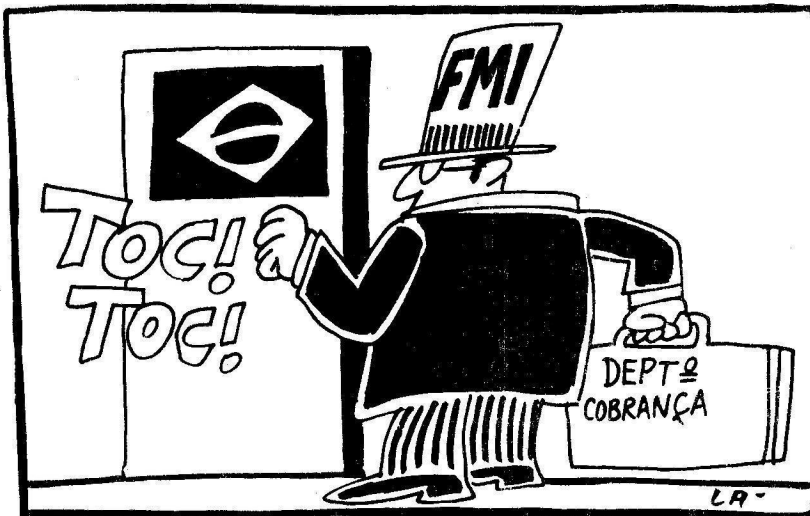
Washington — Os bancos querem que o Brasil ponha o dinheiro na mesa para discutir. Segundo o presidente de uma instituição estrangeira, as regras desejadas são estas:

1) Separar os atrasados de US\$ 8,4 bilhões só com os bancos comerciais (sem contar o Clube de Paris e as remessas de lucros e dividendos) do principal dos empréstimos;

2) Apresentação pelo Brasil, em dez de outubro — data do início formal das negociações — de uma proposta simples, que considere a renegociação anterior, feita em 1988, por Mailson da Nóbrega;

3) Excluir a hipótese de uma **escrow account** — uma conta feita numa instituição neutra, como o BIS (Bank of International Settlements, ou Banco de Compensações Internacionais, espécie de banco dos bancos centrais, com sede na Suíça) — como forma de reservar uma quantia para o pagamento de atrasados; isto equivaleria a oferecer uma **cenoura** aos bancos. E argumentam os credores, se há dinheiro, que se pague logo.

Antes de falar, é preciso pagar, exige Thomas Labrecque, do Chase Manhattan Bank — ele falou em entrevista ao **Institutional Investor**, publicação distribuída diariamente sobre a assembléia do FMI/Bird. Na véspera, o Deutsche Bank, da Alemanha, já se havia manifestado de forma semelhante, em entrevista ao **Washington Post**. Nada muito diferente, aliás,



do que disse no Brasil, há algumas semanas, o vice — **chairman** do Bank of Tokyo — em seminário sobre a dívida externa realizada no Senado, em Brasília.

A pressão dos bancos prepara o ambiente para a renegociação da dívida em outubro. Até a assembléia do FMI/Bird, o Brasil levava vantagem — havia conseguido o apoio do Fundo Monetário Internacional para a política econômica doméstica, enviara uma carta de intenções acolhida tecnicamente e negociada com o diretor-gerente Michel Camdessus, e se preparava para negociar com os bancos após os acertos com o FMI e com o Clube de Paris.

Ofensiva

Mas agora, com o apoio dos países ricos, o chamado G-7, que fez

uma declaração inédita por se referir explicitamente ao Brasil — normalmente, o G-7 só fala sobre as nações desenvolvidas —, os bancos tentam recuperar a ofensiva. E, de fato, parece que já o conseguiram.

As situações dos bancos não são favoráveis. As ações dos grandes bancos norte-americanos, como o Citicorp, o Chase Manhattan e o Manufacturers Hanover despenaram no ano passado. Os prejuízos com os empréstimos imobiliários são incalculáveis, mas frequentemente menciona-se o montante de US\$ 500 bilhões, quase uma vez e meia toda a produção brasileira em um ano e cerca de dez vezes o devido pelo Brasil aos próprios bancos. Os contribuintes norte-americanos terão de arcar com a conta dos US\$ 500 bilhões da área imobiliária, e já foi feita uma dotação orçamentária de US\$ 100 bilhões.

O montante dos financiamentos imobiliários com problemas supera US\$ 1 trilhão, ou quase 20% do produto americano de US\$ 5,2 trilhões em 1989, mas o valor dos imóveis permite recuperar cerca da metade dos empréstimos. E um dos principais mercados em que atuam os bancos, os **junk bonds**, simplesmente desapareceu com a quebra da principal instituição que trabalhava com esses títulos, a Drexel & Brunham. Instituições que pedem os juros ao Brasil, como o Chase Manhattan, estão inchadas — O Chase anunciou, esta semana, que está despedindo cinco mil pessoas.

Sem a iniciativa, porém, a tarefa brasileira de enfrentar as instituições bancárias norte-americanas, japonesas e européias é mais difícil. O Brasil tem a oferecer o início de uma revolução doméstica — capaz de pôr ordem na casa e reintegrar ao País no mundo desenvolvido, atraindo investimentos. “Em quatro anos, criamos um fundo de US\$ 1,1 bilhão para aplicar nos mercados de ações dos países emergentes, e o Brasil pode estar entre eles — inclusive, em condições melhores do que Portugal, porque o mercado brasileiro é muito maior”, afirma Midori Aoki, vice-presidente da Capital Research International, uma das maiores companhias de investimentos norte-americanas, que administra fundos de US\$ 60 bilhões. Desanuviar o clima com os bancos e acertar com o FMI, portanto, é o melhor negócio para o Brasil. É a melhor maneira de atrair capitais, que é o que o País precisa para crescer e o que os ricos possuem.



Collor, nos EUA, diz não abrir mão do crescimento econômico

Reuters